

ALVES, Laci Maria Araujo. *Movimentos Sociais em Mato Grosso desafios e conquistas (1974-1889)*. Cuiabá: Edufmt, 2008.

O narrador conta o que ele extrai da experiência - sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história.
Walter Benjamin

Adilson José Francisco¹

Como iniciativas e necessidades particularizadas podem transformar-se em movimentos sociais reivindicatórios? De que modo, práticas sociais vividas por pessoas comuns transformam a História? Estas são as questões que atravessam como fios condutores, a obra da Profa Laci Maria Araujo Alves que discute a formação de movimentos sociais a partir das necessidades e da organização de moradores da cidade de Rondonópolis-MT.

Fruto parcial de sua tese de doutoramento, a obra recém lançada pela editora da Universidade Federal de Mato Grosso, desvela para o público leitor parte importante da história recente recuperando, a partir das experiências de mulheres e homens que atuaram em clubes de mães, em comunidades eclesiais de base e nas associações de moradores de bairros, a formação dos movimentos sociais na cidade. E, ao mesmo tempo, analisa como estas pessoas modificaram sua leitura e visão do mundo e de si mesmas, a partir da busca de soluções para seus problemas mais candentes, como a luta por moradia.

A obra esta dividida em quatro partes nas quais inicialmente a autora apresenta a formação das comunidades eclesiais de base, dos clubes de mães e das associações de moradores em torno do projeto de construção de moradias. Incitada pela emergência local destes movimentos, analisa a formação e consolidação dos movimentos sociais no estado de Mato Grosso e na cidade e o significado histórico-político da mediação da igreja católica neste processo. Na cuidadosa escuta e registro das narrativas de agentes religiosos, de políticos locais e sobretudo das moradoras e

¹ Professor do Departamento de História da UFMT – Campus Rondonópolis.

moradores dos bairros, a autora apresenta as experiências cotidianas de lutas pela sobrevivência numa cidade em formação e, os modos como tais lutas vão se constituindo em espaços de organização e conquistas.

Tais espaços e experiências são compreendidos pela autora a partir do “fazer social” de mulheres e homens que ao se engajarem na luta, emergem como “novos sujeitos sociais” a medida que passam a rechaçar formas de dependência política e “buscam novas formas de ação” a partir de novos modos de pensar a fé, a política e a vida.

Ao trazer o movimento histórico vivido, a autora discute-o com aguda sensibilidade e destreza analítica. Dialoga com os pares da academia, sem deixar esvaír os gestos, as lágrimas, os sorrisos, as vozes, os silêncios, os sonhos e a imaginação das mulheres e dos homens, sujeitos da História, com os quais compartilha sua leitura da história. Na escuta atenta e no compartilhar de experiências, o indizível é captado e torna-se denso de significados dentro da trama histórica.

Ao lidar com as fontes orais, a autora nos coloca o intrincado desafio de lidar com a riqueza da subjetividade, da pluralidade de versões, dos lapsos e reelaborações constantes da memória. Mais que um depósito de lembranças a memória, como trata Alessandro Portelli, “gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências relembradas”. Este desafio é assumido por Alves que encara o trabalho com memória, a partir das fontes orais, não como uma modalidade autônoma do fazer historiográfico. Mas, ao lado da diversidade dos sujeitos com os quais dialoga, não deixa de dialogar também com considerável *corpus* documental como: material de imprensa, cartilhas, relatórios, poesias, imagens e densa bibliografia.

Não obstante, a importância do trabalho com fontes orais não está radicada na diversidade delas ou apenas no cruzamento com outras fontes. Sua riqueza e especificidade, reside no modo como nós pesquisadores escutamos, selecionamos, perguntamos e de novo escutamos, registramos e interpretamos a dinâmica criativa da produção social da memória de pessoas concretas, “pessoas comuns”, como afirma Eric Hobsbawn, e que de outro modo, possivelmente teriam suas histórias e experiências, ausentes no registro historiográfico. Tal especificidade

reside ainda na sensibilidade atenta de como articulamos o processo de construção das memórias à materialidade da sobrevivência daquelas e daqueles com os quais dialogamos. O sonho da casa própria das trabalhadoras e trabalhadores rondonopolitanos, impregna suas memórias e narrativas, porque fez e faz parte das suas lutas por sobrevivência. Nas narrativas problematizadas ao longo do texto, este sonho feito luta, é o que vai dando sentido as outras lutas e à vida.

Ao problematizar estas narrativas, a autora faz um duplo questionamento dos processos de *constituição de memórias dominantes*. Seu olhar crítico nos remete ao trabalho intelectual de como construímos nossos conceitos e análises e, como nos posicionamos social e politicamente frente aos problemas e o direito à memória e a história das pessoas.

Primeiramente problematiza conceitos herdados ou assumidos acriticamente da tradição historiográfica. Sua condição de mulher e o modo como dialoga com suas interlocutoras e interlocutores, faz-nos questionar a forma como as mulheres tem sido ainda trazidas e representadas no discurso que, ao nominar genericamente os sujeitos, tende a ocultar as diferenças, reforçar hegemonias e estereótipos. Ao insistir no direito a diferença, desvela o machismo latente que estrutura nosso modo “quase inconsciente” de nomear e classificar coisas e pessoas.

A luta, as formas de organização e os sonhos das trabalhadoras e trabalhadores “não-qualificados”, não se esgotam na luta pela própria sobrevivência. Se alimenta e se fortalece na vivência da fé. Fé que os faz buscarem a extensão dos mesmos direitos a outros. Os fazem perceber que a crença religiosa não se desvincula das necessidades materiais e das formas coletivas de organização. Na experiência social das trabalhadoras e trabalhadores rondonopolitanos a vivência religiosa, longe de ser um aparato de sujeição, emerge como mediação importante de emancipação com contornos bastante concretos. Percebido deste modo, a vivência religiosa, a imaginação, o cotidiano, a luta miúda ou coletivamente organizada, são colocados não como conceitos cristalizados, mas são, como nos lembra Raymond Williams, problemas históricos ainda não resolvidos, que merecem o olhar político dos pesquisadores.

Um segundo questionamento importante, decorre deste olhar político assumido explicitamente pela autora. Numa época marcada

pelo crescente personalismo e individualização da cena política e por ostensiva desqualificação do trabalho dos movimentos sociais, torna-se imprescindível o trabalho questionador da constituição de memórias e projetos dominantes e o de repor, na trama da história da cidade, a experiência de projetos e pessoas, que beirariam ao esquecimento, ao apagamento.

Que sentido teria o trabalho dos historiadores senão essa luta contra o o esquecimento, o apagamento? Quem garante que os projetos que insistem em emergir como vencedores foram os únicos, ou os melhores? A vida extrapola o conceito e a História – aquela vivida e a escrita – é bem mais do que aquilo que os registros nos permitem reconhecer. É dessa transposição de fronteiras, do entrecruzamento do pessoal e do coletivo, do local e o global, do político e o religioso, do popular e do oficial, que o “sonhar e o fazer” de mulheres e homens são reconhecidos e problematizados nesta obra.